



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

11 de dezembro de 2019

Ata da Centésima Quadragésima Sexta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia onze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Antonio Andrade, Cleiton Cardoso, Elenil da Penha, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Olyntho Neto, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos e Professor Júnior Geo. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins e Fabion Gomes. Após a leitura do Texto



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 69/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 22, de 10 de dezembro de 2019, que “revoga dispositivo da Lei número 1.173, de 2 de agosto de 2000”; Mensagem número 70/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 23, de 10 de dezembro de 2019, que “altera a Lei número 1.385, de 9 de julho de 2003, que institui o Programa de Industrialização Direcionada – Proindústria, e adota outra providência”; Mensagem número 71/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 24, de 10 de dezembro de 2019, que “institui o Fundo Estadual de Transporte – FET, e adota outras providências”; Mensagem número 72/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 25, de 10 de dezembro de 2019, que “altera a Lei número 1.201, de 29 de dezembro de 2000, que concede crédito fiscal presumido do ICMS nas operações que especifica”; Mensagem número 73/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 26, de 10 de dezembro de 2019, que “dispõe



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

sobre a desvinculação de superávit financeiro, na forma que especifica, e adota outras providências”; Mensagem número 74/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 27, de 10 de dezembro de 2019, que “altera a Lei número 1.287, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Código Tributário do Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 422/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Túlio César de Oliveira”; Projeto de Lei número 423/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “proíbe a cobrança de valores adicionais a sobretaxas para matrícula ou mensalidade ou estudantes portadores de síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes e dá outras providências”; Projeto de Lei número 424/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “determina a criação de campanha permanente de esclarecimento, orientação e prevenção, sobre eclâmpsia e fixa outras providências”; Projeto de Lei número 425/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre criação de faixas exclusivas de retenção e proteção nas vias dotadas de semáforos no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências”; Projeto de Lei número 426/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

“dispõe sobre a proibição na definição do prazo de marcação de consultas, exames ou outros procedimentos e medidas de diferenciação entre pacientes cobertos por planos de saúde ou seguros privados de assistência à saúde e os pacientes custeados por recursos próprios”; Projeto de Lei número 427/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Monitoramento Estadual da Violência contra a Mulher no Estado do Tocantins, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 428/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “institui a Semana de Prevenção, Conscientização e Combate ao HPV no Estado do Tocantins, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 429/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “denomina de Dioclides Jardim de Oliveira a rodovia TO-431 até a comunidade da Beira Rio no Município de Guaraí, e dá outras providências”; Projeto de Lei número 430/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “torna obrigatória a instalação de balança de precisão nos estabelecimentos que menciona e dá outras providências”; Projeto de Lei número 431/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “institui o Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores e dá outras providências”; Projeto de Lei número 432/2019, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, que “determina a



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

obrigatoriedade da emissão de certidões de registro civil e registro de imóveis no sistema de escrita e leitura braile a pessoas com deficiência visual”; e Projeto de Lei número 434/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “dispõe sobre a utilização e inserção do símbolo da Pessoa com Visão Monocular, nas placas de atendimento prioritário e dá outras providências”. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projeto de Lei que receberam os números 442/2019, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; 436, 437, 438, 439, 440 e 441/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 445 e 446/2019, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; e os Requerimentos que receberam os números 2.179 a 2.188. Logo após, por falta de quórum, em Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das urgências das matérias apresentadas para a Sessão subsequente. No horário destinado às Comunicações usaram a tribuna os Senhores Deputados Elenil da Penha e Zé Roberto Lula. Na deliberação Ordem do Dia, foram anunciados em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 204/2009 (desarquivado), de autoria do Senhor Deputado César Halum, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Vanderlei Luxemburgo”, que deu origem ao Processo número 618/2009; 32/2016, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera o art. 3º da Lei número 1.789, de 15 de maio de 2007, que dispõe



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente do Tocantins – Coema-TO”, que deu origem ao Processo número 289/2016; 30/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional Central de Atendimento à Mulher e do Conselho Tutelar local nas contas mensais dos serviços públicos de abastecimento de água e distribuição de energia elétrica, no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 38/2019; 62/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da inspeção de link do Procon nos casos que indica”, que deu origem ao Processo número 56/2019; 72/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “dispõe sobre a estadualização da estrada vicinal que liga a TO-126 a TO-404 e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 54/2019; 192/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “proíbe emprego de substâncias ou medicamentos em animais destinados a competições, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo 225/2019; 199/2019, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis, que “cria o Programa Estadual de Incentivo ao Ciclismo de Montanha nos Parques Estaduais do Tocantins e nas trilhas localizadas em áreas públicas e em seu entorno, e dá outras providências”; 204/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

“dispõe sobre a proibição do fornecimento, uso e distribuição, gratuita ou onerosa de canudos plásticos feitos de polipropileno, poliestireno ou quaisquer outros materiais não-biodegradáveis, nos locais em que especifica, em todo território estadual, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 238/2019; 317/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “assegura o uso múltiplo do Lago do Projeto Manuel Alves e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 381/2019; 359/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “institui o Dia Estadual dos Capelães Religiosos”, que deu origem ao Processo número 437/2019; 371/219, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente e Cultural do Estado do Tocantins – Abence”, que deu origem ao Processo número 452/2019; 384/2019, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Paraíso do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 465/2019; 373/2019, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Rodeio Pioneiro do Tocantins, localizada no Município de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 456/2019; 377/2019, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro, que “declara de Utilidade Pública



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Estadual a Associação de Etnia Kalon de Palmas-TO”, que deu origem ao Processo número 459/2019; 402/2019, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “concede Título de Cidadão Tocantinense a Alan Kardek Ferreira Moreira”, que deu origem ao Processo número 483/2019; 406/2019, de autoria do Senhor Deputado Gleydson Nato, que “declara de Utilidade Pública Estadual o Núcleo da Liga Feminina de Prevenção e Combate ao Câncer de Gurupi, com sede no Município de Gurupi-TO”, que deu origem ao Processo número 494/2019; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 408/2019, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Jair Messias Bolsonaro”, que deu origem ao Processo número 499/2019, o qual, votado, foi aprovado com os votos contrários do Senhor Deputado Zé Roberto Lula e da Senhora Deputada Amália Santana; e abstenção do Senhor Deputado Ivory de Lira, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 3/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que “altera os dispositivos da Lei número 1.903, de 17 de março de 2008, e da Lei número 2.926, de 3 de dezembro de 2014, que dispõem, respectivamente, sobre o quadro de pessoal e plano de



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas, e sobre as indenizações pelo exercício de funções de controle externo e administrativo”, que deu origem ao Processo número 88/2019; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Primeiro-Secretário procedeu a leitura do Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda Modificativa, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula ao Projeto de Lei número 3/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, a qual, votada, foi aprovada. Logo após, o Senhor Primeiro-Secretário procedeu a leitura do Requerimento de destaque para votação em separado da Emenda Supressiva, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula ao Projeto de Lei número 3/2019, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, a qual, votada, foi rejeitada. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 2.128, 2.129, 2.120, 2.130, 2.165, 2.091, 2.125, 2.064, 2.121, 2.134, 2.163, 2.171, 2.087, 2.118, 2.119, 2.162, 2.170, 2.164, 2.088, 2.089, 2.090, 2.123, 2.135, 2.136, 2.137, 2.138, 2.139, 2.140, 2.141, 2.142, 2.143, 2.144, 2.145, 2.146, 2.147, 2.148, 2.149, 2.150, 2.151, 2.152, 2.153, 2.154, 2.155, 2.156, 2.157, 2.158, 2.159, 2.160, 2.085, 2.126, 2.092, 2.093, 2.114, 2.122, 2.124, 2.127, 2.168, 2.169, 2.172, 2.095, 2.096, 2.097 e 2.098, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e quarenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário